

**Mendes, M. M. y Gandra, F. S. (2023). *Espaço(s) com e para a(s) criança(s). Olhares plurais a partir das ciências sociais, da arquitetura e do urbanismo*. Editora Mundos Sociais. ISBN: 978-989-8536-88-4. 235 páginas.**

Valéria Sousa<sup>1, a</sup> 

<sup>1</sup>Investigadora autónoma, Portugal

 [avallpedag@gmail.com](mailto:avallpedag@gmail.com)

Recibido: 16/05/2025; Aceito: 25/11/2025

O leitor que se debruça sobre a obra *Espaço(s) com e para a(s) criança(s). Olhares plurais a partir das ciências sociais, da arquitetura e do urbanismo*, organizada por Maria Manuela Mendes- ISCSP/UL e Florbela Samagaio Gandra-ESE Paula Franssinetti/CIPAF, sem dúvida, deparar-se-á com uma temática contemporânea, discorrida de forma didática e profunda, cujos *olhares plurais* proporcionam uma reflexão onde as preposições com e para convidam a discutir sobre a conexão entre infância e os estudos sobre o espaço.

Para tanto, didaticamente apresentada, com o objetivo de contribuir para dar visibilidade e expandir o conhecimento a despeito da literatura científica de fronteira entre os estudos da infância e os estudos do espaço urbano, a obra é composta por doze capítulos, estruturados a partir de três eixos, a saber: i) Infância(s), cidadania e cidade - quatro capítulos; ii) Infância(s) e experiências espaciais: do espaço público à casa - cinco capítulos e iii) Infância(s) e espaços escolares - três capítulos.

No eixo 1, nomeadamente, Infancia(s), cidadania e cidade, estribando-se no campo do saber da Sociologia da Infância, cuja tónica é evidenciar a forma como as crianças transformam os espaços urbanos em “lugares”, ou seja, contextos de interações revestidos de sentido e emoções, o primeiro capítulo apresenta três fatores primordiais no tocante a mudança na visibilidade das crianças: i) migrações – presença das crianças nas cidades grandes, logo as crianças passam a tornar-se habitantes citadinos contribuindo para transformar as cidades; ii) o direito à cidade - enquanto desafio teórico e prático de interpretação e iii) ação das crianças - reivindicação de políticas públicas e concretas.

Ao longo do capítulo um, o autor menciona seis fatores de restrição da cidadania da infância: 1. domesticação, 2. institucionalização, 3. insularização, 4. dualização, 5. fragmentação e 6. limitação da autonomia de mobilidade. Por outro lado, considera que é possível potencializar a cidadania da infância por meio de políticas urbanas que permitam a concretização do reconhecimento e participação das crianças. Assim, destaca: 1. personalização; 2. affordance; 3. experiência; 4. intergeracionalidade. 5. participação e 6. urbanidade, como possibilidades para tal potencialização.

No capítulo dois, no tocante à (in)visibilidade da infância no espaço público, a autora vai ao encontro do posicionamento do autor do primeiro capítulo e retoma três, entre os seis fatores de restrição da infância e cidadania: 1. domesticação; 2. institucionalização e 3. insularização. Neste percurso, a mesma caracteriza a cidade enquanto espaço de encontros geracionais onde as crianças a vivenciam, a constroem e a transformam e reafirma o posicionamento de Machado Pais (2010), onde as cidades a partir dos conceitos de espacialidade e de territorialidade, conotam com relações de poder distintas e capacidade de inclusão e exclusão. Partindo deste pressuposto, optou metodologicamente, por evidenciar um estudo de caso, de natureza qualitativa, desenvolvido em um projeto local inserido no programa CAC. - Cidade Amiga das Crianças, realizado entre 2011 e 2012, com o objetivo de identificar perspectivas das crianças sobre a cidade em que habitavam.

Com o objetivo de refletir sobre a importância do espaço cidade enquanto impulsionador de uma nova gestão que compartilhe os princípios da sustentabilidade numa plataforma de resposta holística aos desafios urbanos, no capítulo três - *Quando a cidade deixa de ser escutada pela infância urbana*, as autoras proclamam a cidadania enquanto construção em sociedade. Assim, a cidadania é vista como espaço de valores, ações e instituições comuns que integram indivíduos, permitindo o mútuo reconhecimento como membros de uma comunidade na qual coexistem cidadanias compostas efeito das migrações, mesclas étnicas e religiosas. Isto posto, trazem a seguinte questão enquanto norteadora para discorrer sobre o capítulo: *estará garantida a presença da criança cidadã na cidade de hoje, no ato de*

*participação desta enquanto cidadã e elemento transformador de realidades no elo de ligação do lugar?*

A resposta a esta pergunta, segundo as autoras, apresenta dois caminhos. De um lado o aspeto normativo - Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança / 1989 que assegura a condição da criança cidadã. Do outro, a sua não efetivação, o que caracteriza um longo caminho a percorrer.

Embora o direito das crianças à cidade não seja referendado de forma explícita na CNU - Convenção das Nações Unidas - 20/1171989, consoante aponta o autor do capítulo um, as autoras do capítulo três afirmam que o mesmo só cimenta-se quando o desenho do espaço público proporciona abertura ao desafio que impõem locomoverem-se de forma autónoma e independente, permitir possibilidade de interagir com o outro e em conexão com a natureza, resgatar e descobrir a cultura do lugar e sentir-se parte integrante do espaço. (Velooso e Correia, p. 48).

O término do Eixo 1 se concretiza com o *capítulo quatro - A invenção da infância-o direito à memória, à identidade e à cultura*, onde a autora amplia o conceito de arquitetura enquanto processo formativo junto das crianças, logo, ilustrativa e pedagógica, não limitando-se ao plano exclusivamente funcional: habitação humana. Desta maneira, a autora, afirma a importância de todos desfrutarem de um conjunto de direitos fundamentais, dentre os quais o direito à cidadania enquanto agregador dos demais - direito à infância, no caso das crianças. A autora indaga: *em que a infância pode exigir algo que a cidade lhe deve providenciar?* Com base neste debate, a mesma apresenta quatro aspetos enquanto possibilidades de garantia do direito à cidadania - imaginação, segurança, sentido de comunidade e esperança, e evoca como anti pedagógicas as arquiteturas infantilizadas.

O Eixo 2, Infância (s) e experiências espaciais: do espaço público à casa, inicia com o *capítulo cinco - Requalificação urbana e espaços públicos abertos - Heterotopias infantis, onde as autoras debatem, inicialmente, os efeitos da requalificação urbana*. Após tais considerações, trazem um exemplo de requalificação urbana, enquanto experiência espacial, Afurada, um modo de vida que se dá “a porta”, Programa Pólis, 2001, fazendo o leitor mergulhar naquilo que ganha destaque no título do próprio capítulo: Heterotopias infantis ou espaços heterotópicos. Logo, lugares de resistência na defesa de valores e práticas das culturas infantis.

De forma metodológica rigorosa, o olhar das autoras sobre o que acontece com a Afurada, revela possibilidades de reinvenção, onde espaços e equipamentos ganham outros atributos de acordo com os ocupantes, as atividades praticadas e seus significados.

O capítulo seis, intitulado *Children in public spaces*, o autor pondera as consequências da desumanização do espaço urbano para o desenvolvimento social, físico e psicológico das crianças. Assim, continua a discorrer sobre a temática e retoma o conceito de CAC - Cidade Amiga da Criança mencionado no capítulo dois, e reitera que o mesmo apoia o “direito à cidade” das crianças cujas expectativas sobre a cidade devem ser ouvidas de suas próprias vozes e as decisões devem ser tomadas com elas.

Na sequência, o autor traz uma das experiências espaciais realizadas no bairro do Benfica, Lisboa. Para tanto, apresenta algumas questões que nortearam o estudo: (1) Os parques infantis são suficientes para as crianças brincarem ativamente?; (2) Os parques infantis são adequados e totalmente acessíveis para crianças com diferentes idades/habilidades/interesses/competências?; (3) A localização dos parques infantis e suas características de design afetam a densidade de uso?; (4) Os usos dos parques infantis diferem de acordo com os dias e horas; (5) Existe alguma diferença entre meninos e meninas no uso dos parques

infantis?. O estudo traz uma gama de sugestões para que as crianças brinquem de forma segura, confortável e livremente.

Já o *capítulo sete, El grado cero*, os autores tomam como ponto de partida a observação da cidade e infância através de um relato etnográfico visual - captura de jogos e vivências e reinterpretação destes construindo um imaginário coletivo - de cenas da infância e fotografia das ruas.

O título assim o é, dado ao desaparecimento das cenas tangíveis do urbano e dos corpos lúdicos. Desta maneira, pactuam a ideia de olhar a infância a partir do cinema, como documento ou a partir da própria ideia de cinema. Sugerem, pois Benjamin (2011) e Schulz (2008), do novo cinema, da cidade descoberta, da infância e das decisões educativas.

O *capítulo oito, Investigación de frontera*, a autora, após referendar o multimétodo como abordagem promissora no que refere-se à investigação *com crianças*, descreve um estudo exploratório e experimental realizado no bairro da Torre, com metodologias participativas em um projeto de investigação-ação. A investigação buscou envolver os participantes num processo de aprendizagem social e empoderamento com o intuito de se operar um mudança social.

O Eixo 2 é concluído com o *capítulo nove, Projetar o ambiente arquitetónico para a infância- o espaço da casa que nos faz sonhar, criar, brincar e crescer*, onde a autora a partir da pergunta principal da investigação: quais as opiniões e as percepções das crianças sobre o espaço da casa?, traçou três objetivos: 1. compreender a importância do ambiente do quarto para o desenvolvimento das crianças; 2. valorizar o trabalho do arquiteto como idealizador do espaço da criança na casa da família; 3. posicionar a arquitetura como veículo de expressão das vozes das crianças procurando sensibilizar os pais sobre a importância de lhes concederem a voz no que diz respeito à projeção do espaço de utilização delas próprias.

À vista disto, a autora dividiu o texto em três partes: parte um - o espaço e o desenvolvimento infantil: o pioneirismo do trabalho de Montessori - destacou que o mesmo concretizou-se enquanto proposta adequada ao grupo social das crianças; parte dois - Escutar as crianças: estratégias e metodologias utilizadas na investigação - pesquisa bibliográfica e análise documental em conjunto com a realização de entrevistas e desenhos por parte das crianças e, por fim, parte três - O que aprendemos com as crianças? - Análise dos dados recolhidos durante a investigação.

Especificamente, e válido relatar, enquanto pista para o leitor que inicia sua trajetória como investigador, ou mesmo para os que já iniciaram e desejam aprofundar-se no assunto, que a temática apresenta pouco trabalho empírico. Portanto, um caminho que pode ser explorado trazendo contributos que fomentam o debate. Todavia, a fim de opulentar o debate, cabe ao investigador perguntar: que criança é essa que será ouvida para projetar o seu próprio ambiente (quarto)? Será uma criança que mora na periferia? Como seria facultado o acesso ao arquiteto enquanto idealizador deste espaço na família? Será que a criança da habitação social teria essa mesma oportunidade de ser ouvida? Se sim, como?

A última parte, o Eixo 3, intitulado *Infância(s) e espaços escolares, começa com o capítulo dez, Avaliação dos espaços escolares por alunos do ensino básico - Diversidade de vivências e apreciações*, e apresenta, à semelhança do capítulo nove, um campo fértil de investigação dada a escassez de pesquisas que analisem a relação das crianças com o espaço escolar, a avaliação que fazem deste espaço e das necessidades que sentem no cotidiano escolar.

Neste sentido, as autoras afirmam que o contributo não advém de pesquisas realizadas que tenha como objeto central o espaço escolar. Assim, intersetaram tal questão e fornecem elementos para reflexão em torno da mesma. Para tanto, o texto traz pesquisas realizadas pelo CIES - IUL - Centro de Investigação e Estudos em Sociologia do Instituto da Universidade de

Lisboa desenvolvidas em tempos diferentes: 2003 - Inquérito aos alunos de Lisboa e Loures; 2007 - Inquérito aos trajetos de descendentes de imigrantes e 2014 - Inquérito aos brasileiros em escola pública. Dado as especificidades do estudo, as autoras sugerem um multimétodo para estudos futuros.

O capítulo onze, *Da escola arquipélago à escola em rede - os espaços da infância como realidades descontínuas*, tem como objetivo analisar a forma como a nível local os diversos agentes institucionais relevantes na garantia dos direitos das crianças interagem e cooperam para atingir este fim.

A metodologia empregada, refere-se a um conjunto de pesquisas sobre violência na escola realizadas em diversos agrupamentos de escolas de um conselho de Lisboa. Os resultados apresentam necessidade de maior convergência e dinamismo das instituições a nível de conselho, visto que as organizações cujos dirigentes se conhecem face a face têm maior relevância na capacidade local.

À guisa de conclusão, o livro apresenta o capítulo doze, *Perceções dos jovens a partir do edificado escolar - Um olhar preliminar a partir da noção de instituições totais*, onde o autor e a autora, delineou como objetivo refletir sobre as representações da escola com base na auscultação de sentimentos, memórias e aprendizagens que os jovens identificam a partir da visualização de fotografias sobre o edifício escolar. A ousadia do capítulo encontra-se na proposta metodológica sugerida por ambos no processo de investigação: uma pesquisa de natureza qualitativa, amparada na sociologia visual - produção da imagem.

O autor e a autora elucubram sobre a escola enquanto lugar de socialização, fundamental para o desenvolvimento psicossocial do indivíduo, não enquanto instituição totalitária.

Concluir a leitura da obra *Espaço(s) com e para a(s) criança(s). Olhares plurais a partir das ciências sociais, da arquitetura e do urbanismo*, é como ter feito uma visita a Fedora (Calvino, 1972). Marco Polo, responsável por descrever ao conquistador Kublai Khan cada cidade visitada de um infinito império, chegou a Fedora. A mesma é descrita como:

No atlas do seu império, Ó Grande Khan, devem constar tanto a grande Fedora de pedra quanto as pequenas Fedoras das esferas de vidro. Não porque sejam igualmente reais, mais porque são todas supostas. *Uma reúne o que é considerado necessário*, mais ainda não o é; as outras, *o que se imagina possível* e num minuto mais tarde deixa de sê-lo (p.16)

Assim, o leitor também chegará a Fedora! De um lado a obra apresenta aquilo *que é considerado necessário* no tocante à temática da infância e espaço – consagração do direito à cidade para além dos aspectos normativos; possibilidades de metodologias e/ou estudos aprofundados sobre a temática; do outro, *o que se imagina possível* - ouvir as vozes das crianças enquanto possibilidade de firmar políticas públicas e no seu espaço privado - família, potencializar a resignificação dos espaços por parte das crianças quando estes sofreram alterações. É sobre este último aspecto, *o que se imagina possível*, que Tonucci (1997) confere à criança um papel importante: o que a criança pode representar para a cidade, as cidades podem representá-lo para o nosso país - a política, a boa administração, a participação e o controlo democrático começam pelas cidades, assim como pelas cidades começa o acolhimento, a solidariedade. Num momento de tão grande e grave degradação social e moral, as crianças poderão salvar as nossas cidades e estas, o nosso país. Portanto, um percurso frutífero.

## Referências

- Benjamin, W. (2011). *Infancia en Berlín hacia el el mil novecientos*. Abada Editores.
- Calvino, I. (1972). *As cidades invisíveis*. Biblioteca Folha.
- Machado Pais, J. (2010). *Lufa-Lufa Quotidiana. Ensaio sobre cidade, cultura e vida urbana*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Schulz, B. (2008). *Madurar hacia la infancia*. Siruela.
- Tonucci, F. (1997). *La ciudad de los niños*. Fundación Germán Sánchez Rupérez.